

# MONOGRAFIAS DO CEJ



## **A credibilidade de Têmis e a argumentação jurídica: medidas endojudiciais e extrajudiciais**

***Victor Roberto Corrêa de Souza***



JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal  
Centro de Estudos Judiciários



Tiragem: 2.000 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

As opiniões expressas pelos autores não são necessariamente reflexo da posição do Conselho da Justiça Federal.

## EQUIPE EDITORIAL

### CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Ministro Og Fernandes

Diretor

Jaqueline Aparecida Correia de Mello

Secretária

Rita Helena dos Anjos

Subsecretária de Informação Documental e Editoração CEJ

### COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO DO CEJ

Milra de Lucena Machado Amorim

Coordenadora

Ariane Emílio Kloth

Chefe da Seção de Edição e Revisão de Textos

Luciene Bilu Rodrigues

Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Dulcinéia Mendes dos Santos

Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Alice Zilda Dalben Siqueira

Servidora da Seção de Programação Visual e Arte-Final

Caio César Magalhães Olímpio

Estagiário

---

S729 Souza, Victor Roberto Corrêa de.

A credibilidade de Têmis e a argumentação jurídica : medidas endojudiciais e extrajudiciais / Victor Roberto Corrêa de Souza. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2016.

239 p. – (Série monografias do CEJ ; v. 22)

ISBN 978-85-8296-015-8

1. Poder judiciário. – 2. Administração da justiça. – 3. Sistema judiciário. – 4. Lógica jurídica. – I. Título. – II. Série.

CDU 340

# SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS .....	15
INTRODUÇÃO .....	17
1. PREMISSAS SIMBÓLICAS E CONSTITUCIONAIS .....	23
1.1. As alegorias da justiça e da força .....	23
1.2. Concepções de justiça de liberais, comunitaristas e crítico-deliberativos. Os modelos simbólicos de juiz .....	26
1.3. Credibilidade, confiança e justiça. Constitucionalismos, modernidade e pós-modernidade .....	33
1.3.1. Premissas iniciais .....	33
1.3.2. Mutações, o Estado e os constitucionalismos .....	35
1.3.3. Crises do Estado .....	43
1.4. A credibilidade (e suas versões) .....	48
1.4.1. O que é opinião pública? .....	51
1.4.2. Elementos do conceito de opinião pública .....	52
1.4.3. O processo de formação da opinião pública .....	60
2. PREMISSAS POLÍTICAS E JURÍDICAS .....	77
2.1. Argumentação jurídica e democracia .....	81
2.2. Argumentação jurídica, legalidades e legitimidades .....	84
2.2.1. A racionalidade da representação política moderna .....	88

2.2.2.	A relação social representante-representado e sua legitimidade .....	90
2.2.3.	(A falta de) Legitimidade e racionalidade para o entendimento dos legisladores brasileiros .....	91
2.3.	A argumentação jurídica e a colaboração de outras ordens estatais: o transconstitucionalismo .....	94
3.	OS SUPEREGO DE TÊMIS: O APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA A PARTIR DA JUSTIÇA. A REORGANIZAÇÃO INTERNA DO PODER JUDICIÁRIO, MEDIDAS ADMINISTRATIVAS-JUDICIAIS E MEDIDAS JUDICIAIS PROCESSUAIS .....	101
3.1.	A estrutura maximizada do Poder Judiciário e sua retroalimentação .....	102
3.2.	O respeito aos precedentes e à uniformidade do sistema judiciário, e a renovação dos papéis do STJ e do STF, em relação à legitimidade de suas decisões. Para uma democratização legitimadora dos órgãos superiores do sistema judiciário .....	106
3.2.1.	Legitimação das decisões judiciais vinculantes .....	110
3.2.2.	Para uma democratização legitimadora dos órgãos superiores do sistema judiciário .....	120
3.3.	Isonomia processual .....	123
3.4.	O processo coletivo em lugar das ações atomizadas de megaconflitos .....	128
3.5.	A renovação do conceito de acesso à justiça, em face do abuso do direito de ação .....	133
3.6.	Argumentação jurídica e o discurso judicial .....	139
3.7.	Uma questão de poder: a execução fiscal .....	144
4.	OS ARQUÉTIPOS DE TÊMIS: O APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA PARA ALÉM DA JUSTIÇA. O PAPEL DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES NÃO JUDICIÁRIAS, ESPECIALMENTE DAS	

ST-100103803

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E A IMPORTÂNCIA DA  
SOCIEDADE CIVIL ..... 153

4.1. Uma questão de poderes: segurança pública e impunidade ... 161

4.2. A fúria nomocrática (de todos os poderes) ..... 168

4.3. Acesso à informação ..... 178

4.4. Meios alternativos de resolução de conflitos com a  
administração pública e sua adequada promoção ..... 183

4.5. Segurança jurídica e a proteção da confiança ..... 188

4.5.1. O princípio da proteção da confiança e suas origens ..... 190

4.5.2. A proteção da confiança nos atos da Administração ..... 194

4.5.3. A proteção da confiança nos atos do legislador ..... 199

4.5.4. A proteção da confiança nas mutações jurisprudenciais ..... 203

4.6. A argumentação jurídica e a pacificação social ..... 210

4.6.1. Cultura da demanda e litigiosidade contida ..... 212

4.6.2. Desigual distribuição de ônus e encargos entre litigantes  
habituais e eventuais ..... 216

CONCLUSÃO: POSSÍVEIS COLABORAÇÕES A UMA REVISITAÇÃO  
DE CONCEITOS CONSTITUCIONAIS ..... 223

Referências ..... 229